

Legislação do SUS

01) De acordo com a Lei n.º 8.080/1990, assinale a alternativa INCORRETA

- a) Esta lei regula, em todo o território nacional, as ações e serviços de saúde, executados isolada ou conjuntamente, em caráter permanente ou eventual, por pessoas naturais ou jurídicas de direito Público ou privado.
- b) A saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício
- c) O dever do Estado de garantir a saúde exclui o das pessoas, da família, das empresas e da sociedade.
- d) Dizem respeito também à saúde as ações que se destinam a garantir às pessoas e à coletividade condições de bem-estar físico, mental e social.
- e) A iniciativa privada poderá participar do Sistema Único de Saúde (SUS), em caráter complementar.

02) De acordo com a Lei n.º 8.080/1990, assinale alternativa INCORRETA

- a) Entende-se por vigilância sanitária um conjunto de ações capaz de eliminar, diminuir ou prevenir riscos à saúde e de intervir nos problemas sanitários decorrentes do meio ambiente, da produção e circulação de bens e da prestação de serviços de interesse da saúde,
- b) Entende-se por vigilância epidemiológica um conjunto de ações que proporcionam o conhecimento, a detecção ou prevenção de qualquer mudança nos fatores determinantes e condicionantes de saúde individual ou coletiva, com a finalidade de recomendar e adotar as medidas de prevenção e controle das doenças ou agravos.
- c) As ações e serviços de saúde, executados pelo Sistema Único de Saúde (SUS), somente quando prestados diretamente pelo Poder Público, serão organizados de forma regionalizada e hierarquizada em níveis de complexidade crescente.
- d) No nível municipal, o Sistema Único de Saúde (SUS), poderá organizar-se em distritos de forma a integrar e articular recursos, técnicas e práticas voltadas para a cobertura total das ações de saúde
- e) As comissões intersetoriais terão a finalidade de articular políticas e programas de interesse para a saúde, cuja execução envolva áreas não compreendidas no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

03) De acordo com a Lei n.º 8.080/1990, são princípios a serem obedecidos pelas ações e serviços públicos de saúde e os serviços privados contratados ou conveniados que integram o Sistema Único de Saúde (SUS), EXCETO

- a) universalidade de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência
- b) preservação da autonomia das pessoas na defesa de sua integridade física e moral
- c) direito à informação, às pessoas assistidas, sobre sua saúde
- d) Centralização político-administrativa
- e) participação da comunidade

04) De acordo com a Lei n.º 8.080/1990, a direção do Sistema Único de Saúde (SUS) é única, sendo exercida no âmbito dos Estados e do Distrito Federal

- a) pelo Ministério da Saúde
- b) pela respectiva Secretaria de Saúde ou órgão equivalente
- c) pela coordenadoria regional do Ministério da Saúde
- d) pela Prefeitura Municipal da Capital do Estado
- e) pela diretoria regional do SUS

05) De acordo com a Lei n.º 8.080/1990, assinale a alternativa INCORRETA

- a) Os municípios não poderão constituir consórcios para desenvolver em conjunto as ações e os serviços de saúde que lhes correspondam.
- b) No nível municipal, o Sistema Único de Saúde (SUS), poderá organizar-se em distritos de forma a integrar e articular recursos, técnicas e práticas voltadas para a cobertura total das ações de saúde
- c) As Comissões Intergestores Bipartite e Tripartite são reconhecidas como foros de negociação e pactuação entre gestores, quanto aos aspectos operacionais do Sistema Único de Saúde (SUS).
- d) Os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde - SUS, da rede própria ou conveniada, ficam obrigados a permitir a presença, junto à parturiente, de 1 (um) acompanhante durante todo o período de trabalho de parto, parto e pós-parto imediato.
- e) A assistência à saúde é livre à iniciativa privada.

06) De acordo com a Lei n.º 8.142/1990, assinale a alternativa INCORRETA

- a) O Sistema Único de Saúde (SUS) contará, em cada esfera de governo, sem prejuízo das funções do Poder Legislativo, com as seguintes instâncias colegiadas: a Conferência de Saúde e o Conselho de Saúde.
- b) A Conferência de Saúde reunir-se-á a cada dois anos com a representação dos vários segmentos sociais, para avaliar a situação de saúde e propor as diretrizes para a formulação da política de saúde nos níveis correspondentes
- c) O Conselho de Saúde atua na formulação de estratégias e no controle da execução da política de saúde na instância correspondente, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros
- d) A representação dos usuários nos Conselhos de Saúde e Conferências será paritária em relação ao conjunto dos demais segmentos.
- e) O Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass) e o Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde (Conasems) terão representação no Conselho Nacional de Saúde